

CURADORIA DO MEIO AMBIENTE
Inquérito Civil nº 06.2022.00004161-8

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **Ministério Público do Estado de Santa Catarina**, por seu Órgão de Execução com atribuições na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de São João Batista, no exercício de suas atribuições na defesa do Meio Ambiente, doravante denominado **COMPROMITENTE** e, de outro lado, **Luiz Paulo Tridapalli**, brasileiro, bancário, casado, CPF n. 481.509.839-53, carteira de identidade n. 1.600.681, residente na rua Felipe Schmidt, 1.044, bairro Velha, no município de Nova Trento/SC; **Juarez Paulo Tridapalli**, brasileiro, funcionário público, casado, CPF n. 223.932.939-49, carteira de identidade n. 13.204.815-0 SSP/PR, residente na rua Maria Pimenta de Souza, 120, Centro, no município de Londrina/PR, neste ato representado por Marlene Maria Gessele (fls. 22-23) e; **Marlene Maria Gessele**, brasileira, casada, contadora, CPF n. 377.188.519-15, carteira de identidade n. 837.321, residente na rua dos Imigrantes, 627, Centro, no município de Nova Trento/SC, doravante denominados de **COMPROMISSÁRIOS** nos autos do Inquérito Civil nº 06.2022.00004161-8, a teor do disposto no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985, e do art. 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/2000, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público, por força dos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, detém legitimidade ativa para agir em defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, visando a proteção, nesse caso, do meio ambiente;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, *caput*, da CRFB);

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi conferida legitimidade para a propositura de ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente, em razão do descumprimento da legislação ambiental em vigor (art. 14, § 1º, da Lei nº 6.938/81);

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, dispõe em seu artigo 2º, inciso VIII, que:

"A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: [...] VIII - recuperação de áreas degradadas; [...]"

CONSIDERANDO que a Lei 6.938/1981, em seu art. 3º, inciso I, define como meio ambiente “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas fôrmas”;

CONSIDERANDO que poluidor ou causador é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental (art. 3º, IV, da Lei nº 6.938/1981);

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (artigos 2º e 3º da Lei nº 9.605/98);

CONSIDERANDO que as Áreas de Preservação Permanente, localizadas em cada posse ou propriedade, são bens de interesse nacional e espaços territoriais especialmente protegidos, cobertos ou não por vegetação, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

CONSIDERANDO que as áreas de preservação permanente são instrumentos de relevante interesse ambiental que integram o desenvolvimento sustentável, objetivo das presentes e futuras gerações, nos termos das Resoluções n.º 302 e 303 do CONAMA;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento deste subscritor, através de visita realizada no pedido de desmembramento formulado pelos Compromissários (SIG/MP nº 07.2021.00016128-4), que a Área de Preservação Permanente, apesar de averbada, não está preservada;

CONSIDERANDO que a partir disso foi instaurado o Inquérito Civil nº 06.2022.00004161-8, tendo os Compromissários, como condição para o deferimento do pedido de desmembramento manifestado interesse em celebrar o

presente Compromisso de Ajustamento de Conduta;

RESOLVEM

Formalizar o presente TERMO, estabelecendo, para a sua efetividade, o cumprimento das medidas pactuadas, consistentes em obrigações de fazer e não fazer, mediante a formalização das seguintes cláusulas e respectivas sanções:

1. DO OBJETO

Cláusula 1ª: este TERMO tem como objeto a reparação do dano ambiental ocasionado em uma área de 174,67m² considerada Área de Preservação Permanente (APP), localizada na rua Felipe Schmidt, bairro Ponta Fina Sul, no município de Nova Trento/SC, inserida numa área maior, devidamente registrada no Cartório de Imóveis desta Comarca sob o nº 2.477, com as seguintes medidas e confrontações: **FRENTE:** ao Sul, em duas linhas, mede 11,23 metros e 19,34 metros com Luiz Paulo Tridapalli e outros; **FUNDOS:** ao Norte, mede 30 metros com Vinicio Afonso Tridapalli (Terras de posse) – Área de Preservação Permanente; **LADO DIREITO:** ao Oeste, mede 4,49 metros com Labão Agostinho Franzoi (Mat. 12.085) – Área de Preservação Permanente; **LADO ESQUERDO:** ao Leste, mede 9,18 metros com Carmelina Melzi Voltolini (Terras de posse) – Área de Preservação Permanente.

2. DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS

2.1 DA OBRIGAÇÃO DE FAZER

Cláusula Segunda: para a consecução do objeto deste TAC, os **COMPROMISSÁRIOS** assumem a obrigação de fazer consistente em recuperar o dano causado na área descrita na cláusula anterior, mediante a elaboração, execução e implementação de Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD, a ser confeccionado por profissional habilitado e com ART, que deverá prever, no mínimo, a recuperação da área em toda a sua extensão, mediante o **plantio de espécies nativas**, em quantidade suficiente para a cobertura total do passivo ambiental e o **isolamento o local**, por meio de instalação de cercas (podendo ser de arame farpado), evitando assim a entrada de agentes degradantes e que venham a colocar em risco as atividades de recuperação;

Parágrafo Primeiro: fica dispensada a apresentação do Projeto Técnico ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) para análise e

aprovação, por ser uma área pequena;

Parágrafo Segundo: as ações/condicionantes previstas no Projeto de Recuperação de Área Degradada deverão ser executadas pelos **COMPROMISSÁRIOS** em **até 60 (sessenta) dias**, contados da assinatura do presente Termo de Ajustamento de Condutas;

Parágrafo Terceiro: os **COMPROMISSÁRIOS** se comprometem, após o decurso de prazo acima assinalado – **60 dias** –, a realizarem o monitoramento da área, **a cada 4 (quatro) meses**, mediante o coroamento das mudas, controle de braquiária, adubação orgânica, controle de formigas, replantio de eventuais mudas mortas, manutenção da cerca, entre outras medidas que se fizerem necessárias, apresentando ao Ministério Público, **no mês de outubro de cada ano**, os resultados respectivos através de relatório devidamente elaborado pelo profissional técnico responsável pelo PRAD, até que ocorra a efetiva dispensa por parte desta Promotoria de Justiça.

Cláusula Terceira: em caso de transferência da propriedade ou posse da área ou, ainda, cessão decorrente de contrato de aluguel/arrendamento, os **COMPROMISSÁRIOS** obrigam-se a dar ciência à outra parte no negócio, fazendo constar do contrato particular ou escritura pública as obrigações assumidas e as respectivas multas pelo descumprimento;

Parágrafo Primeiro: se os **COMPROMISSÁRIOS** transferirem a propriedade sem cumprir a obrigação ora assumida, permanecerão como responsáveis solidários com o adquirente nas obrigações e nas multas por descumprimento;

Parágrafo Segundo: se os **COMPROMISSÁRIOS** transferirem tão somente a posse, a qualquer título, permanecerão responsáveis solidários com o possuidor ou detentor nas obrigações e nas multas por descumprimento.

2.2. DA OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER

Cláusula Quarta: os **COMPROMISSÁRIOS** assumem a obrigação de não fazer qualquer outra intervenção de cunho ambiental na Área de Preservação Permanente, exceto nas hipóteses previstas em lei e observada, quando for o caso, a prévia licença ambiental.

2.3 DA OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

Cláusula Quinta: os **COMPROMISSÁRIOS**, de forma livre e

voluntária, anuem que doravante as comunicações relativas ao presente Termo sejam efetuadas por meio de aplicativo de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares;

Parágrafo Primeiro: neste ato, os **COMPROMISSÁRIOS** informam o telefone móvel de número **(48) 99906-3442** para o recebimento das comunicações;

Parágrafo Segundo: os **COMPROMISSÁRIOS** assumem a obrigação de comunicar à 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de São João Batista/SC, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, eventual alteração do número de telefone móvel, bem como assumem o compromisso de manter ativa, na configuração de privacidade do aplicativo, a opção de recibo e confirmação de leitura, ou de confirmar manualmente o recebimento das mensagens.

3. DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula Sexta: a fiscalização acerca da preservação da área de especial proteção prevista neste Termo, Cláusula Primeira, será realizada pelos órgãos de proteção ambiental, mediante a elaboração de auto de constatação, a requerimento do Ministério Público, quando se fizer necessário, ficando, desde já estabelecido que será requisitada vistoria *in loco*, sem aviso prévio.

Parágrafo Único: eventuais valores despendidos com o custeio de perícias a serem realizadas, se necessário, deverão ser ressarcidos ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados pelos **COMPROMISSÁRIOS**.

4. DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Cláusula Sétima: o **COMPROMITENTE** compromete-se a fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Ajustamento de Conduta e também se compromete a não utilizar os instrumentos jurídicos cabíveis em desfavor dos **COMPROMISSÁRIOS**, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos.

5. DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Oitava: em caso de descumprimento injustificado de quaisquer das Cláusulas do presente Termo, os **COMPROMISSÁRIOS** ficam obrigados ao pagamento de multa no valor de 10.000,00 (dez mil reais), a ser revertida ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados de Santa Catarina, mediante a expedição de boleto a ser retirado diretamente nesta Promotoria de

Justiça;

Parágrafo Primeiro: o valor da multa deverá ser pago em parcela única, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação dos **COMPROMISSÁRIOS** para comparecimento na Promotoria.

Parágrafo Segundo: não sendo efetuado o depósito do valor da multa na data estabelecida, sua cobrança será realizada pelo Ministério Público, com atualização monetária e juros de 1% ao mês sobre o que deveria ser depositado;

Parágrafo Terceiro: além do pagamento da multa, o descumprimento ou a violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará o protesto e a execução do presente Termo, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público;

Parágrafo Quarto: para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou qualquer outro documento equivalente comprovando o descumprimento/violação;

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Nova: as partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

Cláusula Décima: este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, tampouco limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Parágrafo Primeiro: eventuais questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no Foro da Comarca de São João Batista/SC, local em que está sendo firmado o presente ajuste.

Parágrafo Segundo: o presente Termo poderá ser protestado perante o Cartório de Protesto de Títulos.

Cláusula Décima Terceira: o presente Termo entrará em vigor a partir da data da sua celebração.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, as partes firmam o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas em 5 (cinco) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985.

São João Batista, 20 de outubro de 2022.

Nilton Exterkoetter
Promotor de Justiça

Luiz Paulo Tridapalli
Compromissário

Marlene Maria Gessele
Compromissária

Juarez Paulo Tridapalli
Compromissário